

## ATAS ACTA

Aos doze dias do mês de Dezembro de dois mil e vinte e dois, realizou-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Vela, que se reuniu em segunda convocatória no Auditório do Comité Olímpico de Portugal, sito na Travessa da Memória, número trinta e seis, em Lisboa, às dezoito horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1) **Orçamento retificativo para 2022;**
- 2) **Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023;**
- 3) **Ratificação do delegado em representação dos árbitros;**
- 4) **Destituição do vogal da Direção;**
- 5) **Atividade das Associações Regionais;**
- 6) **Conclusões do Congresso da Vela;**
- 7) **Outros assuntos**

Procedeu-se à verificação e aceitação dos delegados à Assembleia Geral, constatando-se que estavam presentes com direito a voto 25 (vinte e cinco) delegados, dos quais 14 (catorze) em videoconferência.

Para facilitar a participação dos delegados das Associações Regionais, Clubes do Norte, Centro, Sul, Madeira e Açores, bem como dos representantes dos Árbitros, Treinadores e Praticantes, utilizou-se o sistema de videoconferência.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma, João Manuel Roncon Sprattley, por ausências dos actuais Presidente, António Luís Holtreman Roquette e Vice Presidente António Manuel Araújo Costa deu então início aos trabalhos, saudando todos os presentes e os que estavam a participar através da videoconferência.

Seguidamente o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário daquela informou que, não podia iniciar a Assembleia Geral sem que se cumprisse o preceituado nos Estatutos no tocante à composição do órgão da Mesa da

## ATAS

Assembleia Geral. Assim, convidava para a Mesa, o delegado em representação do Clube Naval de Cascais, Pedro Costa Alemão, caso não houvesse oposição, o que foi aceite sem objecção de qualquer dos presentes.

Acto contínuo o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma pronunciou-se sobre o requerimento apresentado pela Associação Naval de Lisboa que designava o Senhor Dr. Alexandre Toscanelli de Oliveira para, em representação daquela, participar na Assembleia Geral da FPV.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma tomou da palavra e expôs a argumentação infra:

Dever-se-á ter em consideração

O Decreto-Lei n.º 93/2014, de 23 de Junho que procede à primeira alteração ao DL n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico das federações desportivas e as condições de atribuição do estatuto de utilidade pública desportiva.

Assim,

O artigo 33.º, n.º 1: "os delegados à assembleia geral da federação desportiva são eleitos ou designados nos termos estabelecidos pelo regulamento eleitoral, o qual igualmente estabelece a duração dos seus mandatos e o procedimento para os substituir em caso de vacatura ou impedimento."

O artigo 49.º: os delegados podem ser dirigentes de clube, sociedade desportiva ou de associação, árbitro, juiz ou treinador no ativo.

Já nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral da FPV:

O artigo 22.º (Delegados) dos Estatutos e o artigo 3.º do Regulamento Eleitoral estipulam:

Os delegados à Assembleia Geral são designados ou eleitos nos termos da lei, dos estatutos e do regulamento eleitoral, prevalecendo sempre o regime legal em vigor que automaticamente se aplica independentemente de quaisquer disposições estatutárias ou regulamentares.

Todos os delegados são designados ou eleitos no primeiro ano do ciclo olímpico, durante o mês de Fevereiro.

## ATAS

As eleições para delegados a que se referem as alíneas c), d) e f) do ponto 4 do artigo 21.º serão realizadas por voto eletrónico, mediante a apresentação, na sede da F.P.V., respetivamente de nomes de praticantes, treinadores e juízes propostos em declaração de aceitação devidamente reconhecida, com a antecedência de quinze dias sobre a data da eleição, a convocar e divulgar através de aviso publicado no correspondente sítio da Internet, pela Mesa da Assembleia da FPV com uma antecedência de trinta dias.

Os delegados eleitos por listas poderão integrar nestas membros suplentes em número não superior a metade.

No caso de não serem eleitos o número de delegados suficiente das categorias a que se referem as alíneas d) e f) do ponto 4 do artigo 21.º por ausência de candidaturas, os delegados assim não designados acrescem aos delegados dos praticantes.

No caso de vacatura ou impedimento de qualquer delegado a que se referem as alíneas a) (CLUBES), e), g) e h), do ponto 4 do artigo 21.º, aplicam-se as regras legais. Nota: o regulamento eleitoral em vigor não resolve. É, pois omissis.

No caso de vacatura ou impedimento de qualquer delegado a que se refere a alínea b) do ponto 4 do artigo 21.º (Associações Regionais), será substituído pelo suplente seguinte da lista se o houver ou, não havendo suplentes, aplicam-se as regras legais.

No caso de vacatura ou impedimento de qualquer delegado a que se referem as alíneas c), d) e f) (praticantes, treinadores e juízes) do ponto 4 do artigo 21.º, será substituído em cada reunião pelo suplente na respetiva categoria imediatamente a seguir em número de votos.

Não é permitido mais do que um voto por votante em cada categoria de delegados bem como não é permitido concorrer às eleições de delegados em mais do que uma categoria nem integrar mais do que uma lista.

As dúvidas ou lacunas que se verificarem nas eleições de delegados são resolvidas pela Mesa da Assembleia Geral da FPV.

As impugnações de quaisquer atos relativos às eleições de delegados são interpostas no prazo de 5 dias com fundamento em violação da lei, dos Estatutos ou de Regulamentos aplicáveis, para a Mesa da Assembleia da FPV que as decidirá.

## ATAS

### **Posto isto e resumindo:**

Os delegados foram eleitos na última AG eleitoral para cumprir o mandato em vigor. Não pode existir indicação de novos delegados em substituição dos atuais pois estes, na sua ausência ou impedimento, devem ser substituídos pelos SUPLENTEs (se os houver); Se os delegados estiverem ausentes ou em situação de impedimento e não existirem suplentes, cabe à mesa da AG decidir nos termos do n.º 21 do artigo 3.º do Regulamento Eleitoral e 22.º dos Estatutos.

Este caso aviva a necessidade de atualizarmos o Regulamento Eleitoral.

Por todo o exposto, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma considerou que estavam reunidos os requisitos para o Senhor Dr. Alexandre Toscanelli de Oliveira, em representação da Associação Naval de Lisboa, participar na Assembleia Geral da FPV em causa.

De seguida passou-se à discussão e análise do "item" 1 da ordem de trabalhos.

### **1) Orçamento rectificativo para 2022**

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma deu a palavra ao presidente da FPV, Senhor Dr. Mário Serra Gentil Quina, tendo este solicitado ao membro da Direcção, José Dias Pinheiro para apresentar este ponto.

De seguida o mesmo tomou a palavra começando por dizer que quando foi elaborado o orçamento inicial para o ano de 2022, este tinha sido feito com muito pouco conhecimento do que era a Federação e construído com base num histórico, ficando a promessa que logo que houvesse conhecimento dos apoios por parte da tutela, proceder-se-ia a um rectificativo, o qual seria apresentado em Assembleia Geral. Continuou dizendo que o corrente ano tinha sido um ano de alterações profundas no sentido do que se pretende para o destino da vela em Portugal, nomeadamente para a vela desportiva e para a alta competição. Que os valores solicitados em sede de candidatura, não foram concedidos na sua totalidade, pelo que foi necessário ajustar os mesmos à dimensão das verbas recebidas e garantidas até ao final do ano. Terminou dizendo que se optou por reorganizar a forma como os números são apresentados e

## ATAS

que a Federação decidiu deixar de apoiar individualmente cada um dos projetos de alto rendimento, passando a apoiar as classes como um todo, o que possibilitou, comparado com o ano passado, incluir no projecto muito mais atletas e muito mais dias de treino em água. Considera que esta mudança de filosofia, constituiu um enorme esforço financeiro, numa perspectiva de não se estar a preparar os atletas só para os JO Paris, mas também para os que irão estar nos JO Los Angeles, estando previsto um resultado negativo de €35.000 (trinta e cinco mil euros) para o corrente ano, a que corresponde um EBITA positivo de 26.000 euros.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma atribuiu um período de inscrições para pedido de esclarecimentos. Pediu a palavra o Delegado em representação dos praticantes, António Peters para solicitar uma explicação sobre a variação dos gastos que foram apresentados no orçamento rectificativo.

Após prestados os devidos esclarecimentos por parte do membro da direcção José Dias Pinheiro às questões suscitadas e não havendo mais ninguém que se tenha inscrito para falar, procedeu-se à votação do Orçamento rectificativo para 2022 (dois mil e vinte e dois).

25 (vinte e cinco) – Votos a favor;

0 (zero) – Abstenções;

0 (zero) – Votos contra;

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma deu então como aprovado por unanimidade o Orçamento retificativo para 2022 (dois mil e vinte e dois).

### **2) Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023;**

Entrando neste ponto da ordem de trabalhos, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma deu, novamente, a palavra ao presidente da FPV, Senhor Dr. Mário Serra Gentil Quina, tendo este iniciado a sua

## ATAS

intervenção com um agradecimento ao Comité Olímpico de Portugal pela cedência da sala para a realização da Assembleia Geral. De seguida procedeu à apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2023, passando em revista o documento a todos antecipadamente disponibilizado no site da federação, o qual integra para além dos nove pontos do anterior, mais dois que até agora não foram abordados e que a Direção pretende trabalhar com vista à elaboração de um plano para o seu desenvolvimento e que são a vela adaptada e o Kite. Quanto aos objetivos financeiros, pediu ao membro da direção José Dias Pinheiro, para explicar os mesmos mais em detalhe.

O membro da direção José Dias Pinheiro referiu que o orçamento para 2023 foi construído com a mesma ambição do de 2022, sabendo-se à partida que existe uma elevada probabilidade de as candidaturas que vão ser submetidas ao IPD, não serem aprovadas na sua totalidade.

Que o ano de 2023 será crítico para a federação, no que diz respeito à preparação das equipas candidatas à presença nos jogos olímpicos. O orçamento prevê um crescimento de 5% nas receitas próprias para o próximo ano, sendo que uma parte dessas já se encontram de alguma forma concretizadas este ano. Terminou dizendo que a previsão aponta para um resultado positivo de cerca de 19.000 euros e de um EBITA de 90.000 euros.

De seguida o presidente da Mesa procedeu à leitura do Parecer do Conselho Fiscal datado de 5 de Dezembro de 2022-cfr. Documento que aqui se dá por integralmente reproduzido.

O presidente da Mesa, perguntou então à assembleia, se havia alguma intervenção que quisesse ser feita.

O delegado em representação dos praticantes, António Peters, usou da palavra para pedir esclarecimentos relativamente a algumas verbas orçamentadas, nomeadamente aos valores inscritos em patrocínios para o próximo ano, ao subsídio do COP para o projeto solidariedade olímpica e ao congresso da vela que é realizado de quatro em quatro anos, estando, no entanto, contemplada uma verba no orçamento para o efeito.

Spartan Key we

## ATAS

Folha 31

O membro da Direção José Dias Pinheiro prestou os esclarecimentos às questões levantadas, explicando que existem patrocínios já contratualizados que se tornarão efetivos só no ano de 2023 e que o apoio do COP ao projeto solidariedade olímpica, é uma iniciativa do Comité Olímpico Internacional que visa apoiar e criar condições de apoio, no caso em concreto da vela, aos atletas de IKfoil e Kite. Por último esclareceu que a rubrica tem a designação congresso/gala dos campeões, mas que o que está previsto para 2023 será a realização da gala dos campeões, iniciativa que a direção pretende que seja anual.

O delegado em representação dos árbitros, António Carioca, pediu a palavra para dar os parabéns à direção por todo o trabalho que tem sido realizado. No entanto, constata que relativamente ao documento apresentado, continua a existir uma grande dependência do subsídio estatal, pelo que gostaria de entender o que se passa com a falta de ambição da federação nesta área.

Usou da palavra o membro da direção José Dias Pinheiro para dizer que ambição existe, mas que é necessário que dentro da federação haja uma área que se dedique às respetivas contrapartidas, para que exista um efetivo retorno da operação e seja interessante para os patrocinadores.

De seguida tomou a palavra o delegado Carlos Caetano em representação do clube Náutico Boa Esperança dando nota do trabalho que vem sendo realizado pelo clube no sentido de melhorar a condição humana, na área educativa e da inclusão pelo que, desejava saber quais são exatamente os apoios que estão destinados para todo o país para esse fim.

O presidente Senhor Dr. Mário Serra Gentil Quina usou da palavra para dar conhecimento dos esforços que a federação tem vindo a desenvolver no sentido de encontrar patrocinadores para esta área específica. Que decorre de momento, juntamente com os clubes, um processo que visa analisar e perceber como pode ser desenvolvida esta área e que espera em breve, ter elementos que permitam que a federação e as respetivas entidades possam trabalhar em conjunto.

## ATAS

De seguida pediu a palavra o delegado da associação regional de vela do sul, Luís Brito para pedir esclarecimentos, uma vez que o orçamento é pouco detalhado, frisando que a promoção da vela passa pela base e que é através desta que podemos ter mais e melhores atletas, não conseguindo visualizar, onde esta se constitui no plano de atividades e orçamento como uma prioridade expressa por parte da federação. A segunda observação prende-se com o tentar perceber qual o plano que a federação pretende desenvolver e respetivo calendário de atividades previstas ao nível do planeamento e da estratégia.

O membro da direção José Dias Pinheiro agradeceu a questão, referindo que a federação optou este ano por não apresentar o detalhe do orçamento do ano passado, pois considera que o detalhe é uma construção de intenções, constituído pela soma de um conjunto de programas que irão ser propostos ao IPDJ. Considera que atualmente há uma diferença substancial na forma como a federação está a apoiar a vela de competição e a vela em geral. Que quando a direção decidiu deixar de apoiar projetos e passar a apoiar classes, isso significou olhar para a totalidade da pirâmide e não apenas para os projetos olímpicos, evitando que estes sequem a base da pirâmide.

Não havendo mais ninguém que se tenha inscrito para falar, procedeu-se à votação do Orçamento do Plano de Atividades e Orçamento para 2023 (dois mil e vinte e três).

24 (vinte e quatro) – Votos a favor;

1 (uma) – Abstenção;

0 (zero) – Votos contra;

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma deu então como aprovado por maioria o Plano de Atividades e Orçamento para 2023 (dois mil e vinte e três).

### **3) Ratificação do delegado em representação dos árbitros;**

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma no tocante a este "item" da ordem de trabalhos informou os delegados do seguinte:



## ATAS

Salvo melhor opinião, como é sabido, nos termos do artigo 21.º dos Estatutos da Federação Portuguesa de Vela (FPV), a Assembleia Geral é composta, entre outros, pelos "Juizes de Vela, inscritos na FPV, 8 delegados" – alínea f).

Ora, preceitua n.º 17 do artigo 22.º dos Estatutos da FPV que "No caso de vacatura ou impedimento de qualquer delegado a que se referem as alíneas c), d) e f) do ponto 4 do artigo 21.º será substituído em cada reunião pelo suplente na respetiva categoria imediatamente a seguir em número de votos".

Sucede que o delegado em representação dos árbitros, Manuel Santos e Silva, em Setembro de dois mil e vinte e dois apresentou a renúncia cargos de delegado em representação dos árbitros. O Senhor Director Geral da FPV (Dr. Rui Santos) por indicação do O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma indagar junto do Sr. Fernando Cruz (o qual, refira-se que por ocasião da eleição para os órgãos sociais da FPV obteve 11 votos) se pretendia, ou não, ocupar a vacatura resultante da renúncia ora apresentada pelo Sr. Manuel Santos e Silva dando-se cumprimento ao que se acha consignado nos Estatutos.

O interpelante aceitou de bom agrado as funções e para que o Conselho de Arbitragem mantivesse o seu normal funcionamento o actual Presidente, António Luís Holtreman Roquette deu posse e manifestou, desde logo, que por uma questão formal e estatutária fosse apreciado em sede da próxima Assembleia Geral da FPV a situação. Procedeu-se à votação do "Item" sub judice, sendo certo que, ninguém suscitou qualquer observação. Assim, o Presidente da Mesa em exercício deu então como aprovado por unanimidade este "item" da ordem de trabalhos.

#### **4) Destituição do vogal da Direcção;**

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma informou os presentes que este assunto não carecia de análise e apreciação, pois de acordo com a indicação facultada pelo Presidente da Direcção, Senhor Dr. Mário Serra Gentil Quina este assunto, à presente data, encontrava-se ultrapassado.

## ATAS

### 5) Atividade das Associações Regionais;

O Presidente da Mesa passou então ao ponto cinco da ordem de trabalhos, tendo sido dada a palavra a cada uma das associações regionais para que estas fizessem um breve resumo da sua atividade.

Terminada a intervenção por parte das associações regionais, o presidente da FPV pediu a palavra para agradecer e felicitar as mesmas pelo trabalho que têm vindo a desenvolver. Considera que as associações regionais e a federação devem continuar a trabalhar em conjunto, pois há áreas que tem de haver uma maior articulação, nomeadamente ao nível dos patrocinadores.

### 6) Conclusões do Congresso da Vela

De seguida o presidente da Mesa deu a palavra ao presidente da federação que, sobre a realização do congresso, o qual já não se realizava desde 2005, considerou que o mesmo correu bem e que tinha conseguido atrair um conjunto de entidades importantes que apoiam a vela nacional a alcançar a estratégia e os valores defendidos pela federação. Por último fez um agradecimento especial a uma pessoa que considera que foi fundamental para a realização do congresso, a Zezi Cardoso, para além de todos os membros da direção e da equipa da federação.

### 7) Outros assuntos

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma colocou à consideração de todos os presentes a possibilidade destes se pronunciarem sobre qualquer assunto de interesse para a FPV e que fossem, obviamente, aceites à discussão.

Considerando que ninguém se apresentou para o uso da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma não quis terminar sem deixar de, em representação dos actuais membros da Direcção, agradecer aos funcionários e demais colaboradores da FPV a sua dedicação e empenho.

## ATAS

O agradecimento foi, ainda extensivo a todos os agentes da modalidade, associações regionais, clubes, árbitros, pela colaboração e forma como partilham os objectivos de mudança e desenvolvimento da modalidade.

Foi dirigida, também, um muito especial cumprimento ao Instituto Português do Desporto e da Juventude e ao Comité Olímpico de Portugal, pelo seu acompanhamento e disponibilidade que sempre manifestaram em encontrar as melhores soluções para os problemas específicos da modalidade.

Por fim, uma referência aos Conselhos de Arbitragem, Disciplina, Justiça e Fiscal que controlaram a atividade da federação nas suas áreas específicas pela forma eficiente como vem desenvolvendo a sua missão.

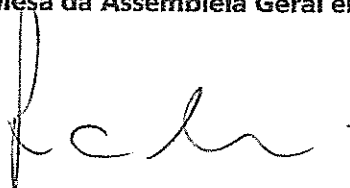
Finalmente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário da mesma, considerando não haver mais nada para discutir, procedeu ao encerramento dos trabalhos cerca das 20h30 (vinte horas e trinta minutos), tendo agradecido, uma vez mais, a presença de todos.

**O Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FPV em exercício e actual Secretário  
da mesma**



**(João Manuel Roncon Spratley)**

**O Secretário da Mesa da Assembleia Geral em substituição,**



**(Pedro Costa Alemão)**